Análises sobre pensamento social e político brasileiro

Maria Tereza Sadek R. de Souza

Um exame da bibliografia existente sobre o pensamento social e político brasileiro surpreende-nos pela grande quantidade de obras publicadas nos últimos anos. Pode-se mesmo dizer que a quase totalidade dos títulos referentes ao estudo das ideologias data da década de 70. Este fato testemunha uma apreciável revitalização desta área de estudos. O que provocou esta alteração? Acredito que o fator principal foi o redimensionamento da produção ideológica no conjunto de variáveis responsáveis pela explicação do desenrolar da vida econômica, social epolítica. A questão complementar também se impõe: o que justificou o pequeno interesse, até alguns anos atrás, por este tipo de pesquisa?

A resposta a este tipo de indagação não é simples, sobretudo porque envolve, como sugerido acima, a discussão do "lugar" e "peso" da ideologia nos diversos modelos explicativos das ciências humanas. Não há exagero em se afirmar que este problema percorre toda a produção intelectual. Assistia-se, principalmente até os anos 60, à presença de certas atitudes, que faziam do estudo do pensamento social e político nacional algo bastante secundário. Para exemplificar, basta lembrar o peso dado ao fato de que o pensamento brasileiro não era verdadeiramente nacional, mas mera cópia do que se produzia nos EUA e na Europa. Partindo-se deste primeiro diagnóstico ficava evidente o quanto era desnecessário ao estudo da produção intelectual brasileira.

Além disso, a preocupação com o valor de verdade das idéias era mais importante que o estudo propriamente dito das obras e autores. Assim, os conceitos de consciência de classe, de nação ou ainda o de ciência forneciam os parâmetros do conhecimento verdadeiro em oposição ao sentenciado como falso.

Deve ser salientado, no entanto, que não compreendetemos devidamente as atitudes responsáveis pela caracterização da ideologia social e política como algo sem vigor, se não atentarmos, como aponta Bolivar Lamounier, que "não se trata, apenas, de insuficiência conceitual e metodológica; ou antes, insuficiência desse tipo não se apresentam (...) desvinculadas de razões históricas mais substantivas" (1977:347).

A redemocratização de 1945, o descrédito das idéias autoritárias e totalitárias respondem em grande parte pelo número restrito de obras publicadas. O problema primordial, então, parecia ser o da existência ou não de bases sociais capazes de sustentar o novo tipo de Estado. Além disso, acreditava-se que não havia porque analisar autores que reiteradamente haviam justificado o Estado Novo, quando este deveria agora ser superado, senão esquecido.

Antes, porém, da discussão das atitudes mencionadas acima, convém salientar que elas não se confinam às décadas de 40, 50 e 60, mas que são ainda compartilhadas por muitos estudiosos. Queremos simplesmente apontar que,

naquele período, elas têm muito a ver com o relativamente pequeno número de análises realizadas e com o baixo grau de legitimidade desta área de interesse.

Estas atitudes revelam uma variedade bastante grande de orientações, o que nos leva à discussão de seus paradigmas, bem como à delimitação e configuração deste campo de estudo. Primeiramente, contudo, é necessário indicar o critério adotado para a seleção das obras.

Âmbito da Resenha

Está bastante longe de ser uma questão consensual a indicação e justificativa dos limites do tema - pensamento social e político. Desde os trabalhos pioneiros de Fernando de Azevedo (1943; 1956), João Cruz Costa (1945; 1956a) e Florestan Fernandes (1958) - para só citar os mais significativos -, esta questão pode ser colocada como um problema. Os critérios de inclusão/exclusão de obras e autores dependerão fundamentalmente do modelo de análise adotado, como a própria discussão dos paradigmas procurará demonstrar. Assim, para aqueles que se guiam pelo critério "nacionalismo", o recorte será sem dúvida diferente daquele realizado pelos que acreditam que o corte essencial está na institucionalização das atividades científicas, ou ainda dos que crêem que a determinados grupos correspondem certas formas de pensar.

Deixando de lado, por ora, estas divergências, esta resenha bibliográfica procurará ser o mais abrangente possível, incluindo desta maneira trabalhos discordantes entre si. Provavelmente, a tentativa de um levantamento exaustivo ver-se-á frustrada devido aos inúmeros textos e teses dedicados ao tema nos últimos anos. Acredito, no entanto, chamar atenção para as principais orientações e para as publicações

mais importantes.

Este levantamento bibliográfico versará, pois, sobre estudos e análises sobre o pensamento social e político brasileiro, entendendo por isto apenas os estudos de discursos manifestos, formalizados e razoavelmente articulados. Não incluiremos obras cuja preocupação é descrever e/ou interpretar consciência de grupos - sejam eles operários, empresários, estudantes, mulheres etc. -, a não ser que elaboradas em sistemas estruturados de idéias. Também não comporão este inventário livros de memórias e biografias. Estão incluídos neste levantamento trabalhos de reflexão geral sobre o tema; antologias sobre o pensamento nacional; análises de correntes, doutrinas, escolas, instituições, grupo de autores; análises de discursos presidenciais e estudos monográficos sobre pensadores, ensaístas e/ou cientistas. Este critério mais amplo, repetimos, não leva em conta o que cada analista entende por ideologia, por pensamento social e político, o que nos obriga a apontar orientações, no mais das vezes bastante distintas, no interior de cada uma das categorias. Isto nos remete à discussão dos paradigmas e das atitudes citadas acima.

Paradigmas

A discussão dos paradigmas nos permitirá indicar os aspectos valorizados, as diferentes orientações presentes nas obras de análise sobre o pensamento social e político, bem como o seu reconhecimento ou não como uma problemática. Em outros termos, esta reflexão é capaz de apontar quando a categoria "ideologia" assume a função de encerrar o assunto ou, ao contrário, de abri-lo, de mostrar a complexidade do tema, a dificuldade de se ajustar qualquer modelo a priori à variedade de autores e temáticos.

Este tipo de esforço foi substancialmente realizado por Wanderley Guilherme dos Santos (1967; 1970) e Bolivar Lamounier (1977); por isso, basearemos nossa pesquisa fundamentalmente nos trabalhos desses dois autores.¹

Os artigos de Santos têm o mérito de listar os estudos recentes dedicados ao exame da história das idéias no Brasil e de indagar sobre os pressupostos utilizados por seus autores, não só para a compreensão do pensamento político e social, como para os critérios de seleção de certos nomes. A ordenação e a classificação que elabora é bastante útil para todos aqueles que se interessam em analisar o pensamento políticosocial no Brasil. Além do mais, reinicia ele o debate sobre uma problemática que certamente foi relegada a um plano de menor importância.

Santos assinala a existência de dois modelos interpretativos básicos: o cientificista e o nacionalista.

Lamounier, além dos modelos interpretativos considerados e analisados por Santos, dá atenção ainda para dois outros: o "classista" e o do "autoritarismo esclarecido". No entanto, como este último apresenta uma vinculação umbilical com o historicismo-nacionalista dos anos 50, não iremos discuti-lo separadamente.

Faremos referência também ao modelo da "conciliação". É importante, ainda uma vez, que se marque que os paradigmas que iremos analisar não se referem necessariamente ao mesmo período histórico. A distinção mais significativa pode ser apontada em relação ao paradigma da conciliação, que é pensado sobretudo em função do Império.

1. Paradigma da Institucionalização da Atividade Científica

Os adeptos deste modelo interpretativo atribuem "basicamente à institucionalização das atividades científico-sociais (...) o caráter de divisor de águas entre o período pré-científico o período científico da produção intelectual brasileira" (Santos, 1967: 185). Esta visão abriga em si uma luta entre o "certo" e o "errado", do verdadeiro contra o falso, ou ainda da Ciência contra a banalidade expressa pela ideologia. Não há possibilidade, neste arranjo, de se perceber a existência de sistemas teóricos alternativos se enfrentando. Ao contrário, a ruptura consagrada com o aparecimento das instituições científicas faz com que o passado seja o lugar das coisas não apenas mortas, mas já nascidas sem vida. Suas cinzas sequer servem para fertilizar o nascedouro da ciência.

Santos, referindo-se à simplicidade desta perspectiva, critica-a com um argumento que visa colocá-la em xeque: "a historiografia que ordena o passado em função do presente, e assumindo o presente como o 'moderno', está desarmada para entender as exatas articulações de desenvolvimento intelectual da humanidade. A rigor, está desarmada até para entender o presente" (Santos, 1967: 186).

Esta tipologia traz como resultado importante o real impedimento do estudo do pensamento político e social que se desenvolveu ou que se desenvolve fora dos marcos postulados pelos cânones científico-acadêmicos. E isso de modo ainda mais contundente se este se produziu anteriormente àquela institucionalização.

Santos inclui neste tipo de análise as obras de Costa Pinto e Carneiro (1955), de Djacir Menezes (s/d), de Fernando de Azevedo (1943 e 1956), de Florestan Fernandes (1958a, 1958b) e de Almir de Andrade (1941). Este modelo interpretativo acha-se bastante difundido e talvez se possa mesmo afirmar ser ele o mais conhecido e divulgado, pelo menos até a década de 50. Para ampliar e ilustrar sua presença poderiam também ser aqui lembrados os trabalhos de Dante Moreira Leite (1954), João Cruz Costa (1945; 1956a; 1960) e Eliseu Véron (1970).

De todos os autores classificados como representantes desta periodização, que tem por base a institucionalização das atividades científico-sociais, é Florestan Fernandes quem melhor ilustra aquele padrão de argumentação. Por isso, vale a pena se deter um pouco neste autor e acompanhar a sua argumentação. Fernandes defende a tese de que, embora o termo sociologia tenha sido utilizado no Brasil há algum tempo, "o contexto em que semelhante uso episódico e literário do vocábulo se processava não possuía (...) nenhuma intenção de análise positiva, mesmo assistemática" (1958a: 189).

Para este analista, acreditar na existência da sociologia, antes que esta disciplina corresponda e traduza um saber racional, nada mais é do que o resultado da utilização de critérios extracientíficos para o exame de uma atividade que efetivamente só existe quando obedece a cânones científicos positivos. Os critérios extracientíficos são vistos como de senso comum e coincidem com um estágio pré-científico dasber racional. Apenas a utilização destes critérios permitiria e explicaria a inclusão da produção intelectual de ensaístas que nada têm de sociólogos. Deste ponto de vista, não haveria nenhum interesse em enfocar e analisar esta produção cujo traço essencial é ser não científica.

A única concepção que Fernandes considera válida é a que se baseia numa definição positiva do estudo sociológico. Devendo-se acrescentar ainda que, durante toda a fase pré-científica que se estende por um longo período de quatro séculos, ou seja, da colonização até o início do século XX -, o saber utilizado não respondia às exigências da situação histórico-social. Ao contrário, como era importado do mundo europeu, era desprovido de dinamismo próprio. Não houve, assim, entre nós, a formação de "um saber racional autônomo, capaz de evoluir como uma esfera especializada de atividades intelectuais. Daí a necessidade de apelar para os centros exógenos de produção de saber racional, toda vez que as exigências da situação histórico-social tornavam aconselhável ou inevitável o recurso a técnicas e a conhecimentos que possuíssem fundamento racional" (1958a 183).

Possuindo o Brasil, como as demais nações subdesenvolvidas, uma disposição insuficiente de recursos racionais, tanto de pensamento como de ação, este drama só será superado com a implantação de cursos superiores. Isto se verifica apenas quando a sociedade baseada no regime de classes substitui a sociedade que se sustentava no regime escravocrata e senhorial. Atinge-se, a partir de então, uma fase em que o pensamento racional expressa uma forma de consciência capaz de explicar as condições objetivas de existência. As ciências sociais passam então a ter um papel a desempenhar na sociedade, chegando o autor a afirmar que "as ciên-

cias sociais só podem se tornar verdadeiramente úteis à coletividade quando as atividades de ensino, de pesquisa, de sistematização teórica e de aplicação podem ser organizadas institucionalmente, desenvolvidas de forma contínua e orientadas de acordo com motivos teóricos ou práticos que aconselham a realização de determinadas pesquisas, independentemente das preferências individuais dos próprios investigadores" (1958b: 19, 20).

Fernandes não apenas trabalha com a polaridade ciência-não ciência, como não vê porque ter como preocupação, ou como objeto de estudo, o que se encontra no polo da não ciência. Analisar este polo, que é o das "trevas", seria, em última instância, reforçar uma atitude já superada, seria não perceber, ou até mesmo não incorporar a mudança qualitativa que se produziu no pensamento brasileiro, a partir da criação de instituições voltadas para a elaboração das ciências sociais. Seria, enfim, repetir o que foi abandonado e relegado ao esquecimento no período das "luzes".

2. Paradigma do "Nacionalismo"

Este paradigma encontra em Guerreiro Ramos um dos seus melhores intérpretes. Por isso utilizaremos os trabalhos deste autor para exemplificá-lo. Tentaremos expor seus argumentos, bem como as limitações deste modelo, que obteve expressão significativa sobretudo nas análises produzidas sob a orientação do ISEB.

A mudança de argumentação é qualitativa e as proposições desenvolvidas colocam o tema — pensamento social e político — em outra dimensão. O importante não é o momento no tempo em que se rompe com o pensamento não científico, ou se o pensamento é importado, ou se inadequado à realidade, ou ainda a busca dos padrões positivos de científicidade.

Ramos relaciona os esforços de teorização sobre a realidade à dinâmica social. Estes esforços são constantes, sendo porém mais acentuados nos períodos de crise, quando a mudança é inadiável. O cerne da explicação é buscado na funcionalidade das idéias. O analista deve transcender as teorizações, "apreciando as conexões objetivas dos que delas se utilizam", uma vez que "as doutrinas, na luta partidária no Brasil, têm servido para camuflar as intenções e os propósitos" de seus portadores (Ramos, 1957: 37).

Se o que está em jogo são interesses de grupos, ao intérprete importa descobrir a relação entre estes e o modo como expressam seus interesses. Por isso, o crítico é definido como aquele que é "capaz de enxergar o significado indireto ou implícito do produto intelectual, ou [o que é] capaz de surpreender as verdadeiras forças motrizes' que movem o produtor" (1957: 30).

Na medida em que a tarefa do pesquisador está em conseguir inter-relacionar o produto com o produtor, a distinção entre ciência e ideologia passa a ser concebida na ótica da vinculação ou não com interesses particulares de grupos sociais. Isto é, a teorização sobre a realidade é ideológica quando expressar uma visão parcial, sectária, partidária, que tem por função justificar os propósitos específicos de uma camada ou de uma classe social. A visão globalizante, ao contrário, é capaz de chegar à compreensão totalizante do processo histórico, opondo-se por esta razão à primeira e constituindo-se numa forma diferente de teorização — a sociológica ou científica.

Mas, qual o critério de cientificidade, ou o que permite que a sociologia transcenda a ideologia? Uma primeira resposta pode ser captada na apreensão do aspecto econômico. Isto é, a ausência de consideração deste aspecto no discurso ideológico explicaria a sua limitação. No entanto, o que dá a este aspecto o seu peso verdadeiro é que, a partir dele, tem-se a possibilidade de se atingir o que o autor denomina "sentido nacional", em oposição a interesses privados e grupais. A superação de interesses particularistas indicaria uma "transideologização" e garantiria a apreensão da dinâmica social.

Tem-se uma combinação de critérios nas obras de Ramos: um essencialmente objetivo e outro de ordem metodológica. Ou seja, a emancipação intelectual só tem alguma probabilidade de verificar-se quando as condições objetivas (diferenciação das classes sociais, expansão da industrialização, crescimento do mercado interno) propiciam uma superação da visão restrita, caracterizadore da consciência parcial. Este primeiro critério é combinado com outro, onde o método utilizado seria igualmente importante. Assim, à indução ou à dedução, enquanto procedimentos metodológicos, corresponderiam respectivamente a possibilidade de um saber totalizante ou de um saber fragmentário. Levanos o autor, desse modo, a uma análise interna dos produtos intelectuais.

A consciência nacionalista, ou nuances dela, indicam em que se deter, permanecendo o que há de alienado sob o rótulo de meramente ideológico, porque referido imediatamente a inte-

resses grupais ou classistas. O problema que resta, mesmo admitindo as possibilidades abertas, é que, vendo-se o passado em termos de "colonial", exclui-se "a necessidade de pesquisar os nomes que compõem o patrimônio cultural brasileiro, visto que todos estariam submetidos à mesma fatalidade de serem alienados" (Santos, 1967: 189-190). O esquema de Guerreiro Ramos está ideologicamente orientado por sua visão de "nacionalismo". Por isso, o que tem real significado no passado é o que o presente identifica como "momentos parciais, cuja progressão histórica aponta para o conhecimento cabal através da ciência, ou, mais exatamente, da consciência nacionalista" (Lamounier, 1977: 350).

3. Paradigma "Classista"

Neste modelo, a questão da ideologia, com frequência, surge como um problema de identificação dos grupos ou classes sociais aos quais corresponderia determinado discurso políticosocial. "O procedimento padrão (...) consiste em tomar um autor ou grupo de autores e ajustar ao conteúdo manifesto de suas obras os modelos clássicos - vale dizer, europeus do século XIX – do pensamento 'conservador', 'pequeno-burguês', 'reacionário' etc. Via de regra, o intérprete que assim procede não se vê obrigado a explicitar de antemão os componentes do modelo, contentando-se em 'reconhecê-lo' ou presumi-lo sabido e compartilhado pelo leitor (...). As posições variam entre a aplicação mecânica de esquemas clássicos à guisa de descrição da estrutura de classes e a negação de sua aplicabilidade, através de alusões à 'imaturidade' ou à 'incipiência' das classes na formação social brasileira" (Lamounier, 1977: 352).

Há uma vertente mais complexa, que não é uma sociologia mannheimiana e sim resultante de como se apreende a função da ideologia na totalidade capitalista. A caracterização do fenômeno ideológico como super-estrutural faz com que a força explicativa esteja na infra-estrutura, na divisão da sociedade em classes, nas consideradas condições determinantes do pensamento.

Inúmeros trabalhos, de qualidade diferente, podem ser incluidos nesta perspectiva: desde aqueles onde se encontram respostas suficientes e satisfatórias sobre o pensamento social e político, não no seu próprio seio, mas no âmbito das relações de produção, até os mais sofisticados, onde é salientada a funcionalidade ideológica da dominação. Simplificando, diríamos

que temos num limite a ideologia sendo vista essencialmente como o modo de camuflar, de iludir, importando menos como a realidade é mascarada, do que a denúncia da função de acobertar o caráter explorador e irreconciliável existente entre as classes sociais. Noutro, teríamos a procura do que leva à aceitação de discursos, que trazem em si a garantia do domínio.

Exemplificando:

- Franco (1976) polemizando Schwarz (1973) demonstra que "as idéias estão no lugar", uma vez que encontram suas raízes nos fundamentos econômicos de uma sociedade centrada na produção do lucro. Elas têm por função primordial encobrir e inverter as coisas, sustentando a dominação. Em estudo posterior, ao analisar a ideologia isebiana, radicaliza ainda mais seus argumentos, afirmando: "toda ideologia do ISEB foi construída de modo exemplar como desdobramento de uma ilusão essencial ao modo capitalista de produção, isto é, que as relações entre trabalhador e capitalista sejam de troca simples, em que ambos obtêm um equivalente" (1978: 191).

Na mesma perspectiva, Toledo (1977) analisa o pensamento nacional desenvolvimentista, vendo na ideologia do ISEB um exemplo de ideologia burguesa, um discurso ideológico "falso", por ocultar as contradições de classe e

defender o capitalismo.

— Chasin (1978), ao analisar o pensamento do Plínio Salgado, nega o conteúdo fascista do integralismo, em função de um a priori — o fascismo é um fenômeno de expansão do capitalismo tardio e não do hiper-tardio. Afirma: "o fato de Plínio Salgado não ter construído uma ideologia fascista é muito menos mérito seu do que conseqüência de uma impossibilidade objetiva à qual estava subordinado" (1978:89).

Os exemplos podem ser multiplicados: Schwarz (1973), Romero (1970), Sodré (1965, 1970), Ianni (1975), Carone (1977), Chauí (1978), Marson (1979), Borges (1979).

O risco desta perspectiva, ressalvada a importância de sua hipótese de trabalho, é acabar por transformar o "pensamento" num epifenômeno, uma vez que sua configuração estaria inteiramente contida nas relações econômicosociais. Ou ainda, tornar a questão da produção intelectual algo sem vigor, entendendo que todo o problema resume-se a questões relacionadas ao jogo conflitivo de grupos, devendo o analista ter por tarefa, simplesmente, a imputação de quais seriam os verdadeiros interesses objetivos de cada uma das partes em luta.

4. Paradigma da "Conciliação"

A análise calcada neste paradigma tem por pressuposto básico a crença na natureza não inerente, mas temporária, do conflito decorrente das relações sociais. Existiria na sociedade um rol bastante amplo de interesses possíveis de serem ajustados. A harmonia sempre terá chances de ser buscada e dependerá sobretudo de habilidade política.

O fenômeno ideológico, longe de ser um problema de menor importância, é apreendido como relevante para a compreensão da vida social, pois provoca conseqüências objetivas tanto na estrutura de poder como no sistema de estratificação social.

Destaca-se, pois, os mecanismos através dos quais se realiza o equilíbrio de correntes ideológico-partidárias opostas em confronto. A pesquisa de como coexistem pensamentos distintos leva à descoberta de "compromissos", responsáveis pelo estabelecimento das regras de jogo político. E a crença de que os que participam da arena política estão dispostos a fazer concessões salienta o caráter pacífico da disputa político-ideológica, que tem na violência a opção menos preferível.

Poderíamos dizer que nesta abordagem há a convicção de uma compatibilização ilimitada de interesses e de uma possibilidade infindável de flexibilidade do sistema político de absorver tensões.

É necessário que se aponte, no interior deste modelo, a existência de pelo menos duas vertentes. Uma, menos sofisticada, vê a história brasileira como factualmente conservadora. Esta vertente cai, muitas vezes, no simplesmente laudatório, destacando a ausência de revoluções, de conflitos insuperáveis, chamando atenção para o caráter cordial do homem brasileiro. Outra vertente, com mais cautela, fundamenta-se numa idéia teoricamente frutífera, porque enraizada numa concepção sofisticada do "político". Neste caso, os compromissos são salientados enquanto estratégias de negociação, enquanto resultados de barganhas na luta político-partidária.

Entre as obras que vêem na "conciliação" a melhor resposta adaptativa às condições econômicas e sociais do país, poderíamos lembrar Conciliação e Reforma de José Honório Rodrigues e A Consciência Conservadora no Brasil de Paulo Mercadante.

Os Anos 60, 70: um novo interesse pelo tema

Esforços recentes têm se pautado pela existência de uma problemática no âmbito da produção intelectual, quebrando, por assim dizer, uma prática que teve início com a redemocratização de 1945. Naquele período, a ciência social brasileira buscava, quase exclusivamente, explicações de ordem estrutural, dando pouca atenção aos fenômenos classificados como super-estruturais. É de justiça que se faça exceção aos trabalhos de Guerreiro Ramos, nos quais encontramos análises críticas sobre o pensamento autoritário dominante nas décadas de 20 e 30. Entretanto, suas preocupações não fizeram escola.

No final dos anos 60, houve uma notável revitalização do interesse pela análise de nossa produção intelectual e em particular por aquela dos teóricos autoritários. Este fato, provavelmente, tem a ver com dois motivos bastante diversos. De um lado, e como fator menos importante, a busca de justificativas legitimadoras para o Estado fruto do golpe de 64. E, de outro, uma alteração de ordem metodológica — a consideração do pensamento social e político como não inteiramente deduzível da mera identificação do grupo social a que corresponderia, como não totalmente compreensível a partir de parâmetros fornecidos por modelos de cientificidade, ou por traços imputáveis a uma consciência "verdadeira".

No primeiro caso encontramos trabalhos de caráter nitidamente ideológico, onde a volta aos teóricos autoritários não implica numa análise interna de suas proposições, mas principalmente numa justificativa da necessidade do Estado Forte. Busca-se argumentos "de autoridade" para descartar a experiência democrática, apontando-a como a exceção, como o predomínio da irracionalidade. O ensaio de Queiroz (1975) sobre Oliveira Vianna é exemplar.

A importância dada a elementos mais conjunturais e mais imediatamente ligados ao funcionamento do regime fez com que se reconhecesse no pensamento social e político um problema perfeitamente legítimo e indispensável para a compreensão da vida social. A análise interna dos discursos tornou-se tarefa obrigatória. Além dos já mencionados trabalhos de Santos e Lamounier, podem ser aqui lembrados com destaque as análises de Alcântara (1967) sobre Azevedo Amaral e de Trindade (1974) sobre o Integralismo.

É interessante notar, no conjunto das obras produzidas neste período, o número expressivo

de títulos sobre os teóricos autoritários. Vinte e cinco por cento das análises desenvolvidas focalizam as obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

A quantidade de estudos recentes sobre o tema testemunhou o redimensionamento desta

área de pesquisas, bem como propiciou uma revisão de nossa historiografia. Neste sentido é importante que se sublinhe o reexame de interpretações históricas clássicas e de modo singular aquela sobre a revolução de 1930.

Notas

1. O propósito de fazer um balanço crítico de nossa produção intelectual pode também ser encontrado em: Ianni (1975); Martins (1977a, 1977b, 1977c, 1978a, 1978b); Mota (1977); Paim (1974, 1979); Saldanha (1968, 1979); Sodré (1970); Vita (1968) e de maneira bastante exaustiva, incluindo os textos de autores-fonte em Mendes (1981).

Bibliografia

Abreu, Jayme et alii.

1960 Anisio Teixeira: Pensamento e Ação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Albuquerque, Manuel Mauricio de

1981 Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, Graal.

Alcântara, Aspásia B. 1967 "A Teoria Política de Azevedo Amaral". Dados, n. 2/3.

Alves Filho, Aluisio

1977 Fundamentos metodológicos e ideológicos do pensamento político de Oliveira Vianna. Tese de Mestrado ao IUPERJ, mimeo.

1979 Pensamento Político no Brasil (Manoel Bonfim: um ensaísta esquecido). Rio de Janeiro, Achiamé/Socii.

Andrade, Almir de

1941 Formação dda Sociologia Brasileira: os primeiros estudos sociais no Brasil - séculos XVI, XVII e XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.

Arruda, Antonio de

1980 E.S.G. - História de sua doutrina. Rio de Janeiro, GRD/INL/MEC.

Azevedo, Fernando de

1943 A Cultura Brasileira - Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. São Paulo, IBGE.

1956 As Ciências no Brasil. São Paulo, Melhoramentos.

1958 "A Universidade de São Paulo". Ensaios Paulistas. São Paulo, Anhembi.

Barreto, Vicente

1977 Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio. Rio de Janeiro, Zahar.
1979 "O Absolutismo Português e os Primórdios da Idéia Liberal no Brasil", em Adolpho Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

Barros, Alexandre S. C

1976 "A Formação das Elites e a Continuação da Construção do Estado Nacional Brasileiro". Dados, n. 15.

Barros, Roque Spencer Maciel de

1959 "A Ilustração Brasileira e a idéia de Universidade". Boletim 241/2, U.S.P.

1971 Introdução à Filosofia Liberal. São Paulo, Grijalbo/USP.

1973 A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães. São. Paulo, Grijalbo/USP.
1979 "O pensamento político Positivista no Império", em A. Crippa (org.), As Idéias Políti-

cas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

Biocca, Ettore

1974 Estratégia do Terror. Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Borges, Vavy Pacheco

1979 Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo, Brasiliense.

Bresciani, Maria Stela

1973 "A concepção de Estado em Oliveira Vianna". Revista de História, n. 94.

Campos, Ernesto de Souza

1954 História da Universidade de São Paulo. São Paulo, U.S.P.

Capelato, Maria Helena

1974 A Ideologia Liberal de O Estado de S. Paulo. Tese de Mestrado à USP, mimeo.

Cardoso, Fernando Henrique

1975 Autoritarismo e Democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cardoso, Miriam Limoeiro

1977 Ideologia do Desenvolvimento: JK - JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Carone, Edgard

1977 O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945). São Paulo, Difel.

Carvalho, José Murilo de

1978 A Escola de Minas de Ouro Preto: o Peso da Glória. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

Cerqueira Filho, Gisálio

1978 A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro - 1890/1922. São Paulo, Loyola.

Chacon, Vamireh

1965 História das Idéias Socialistas no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979 "O Autoritarismo Político na República", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

Chasin, José

1978 O Integralismo de Plínio Salgado - Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo, Ciências Humanas Ed.

Chauí, Marilena

1978 "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", em M. Chauí, Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC.

Coelho, Edmundo Campos

1976 Em busca de identidade - O exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense.

Comblin, Joseph

1978 A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Corbisier, Roland

1958 Formação e Problema da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, ISEB.

Costa, João Cruz

1945 A Filosofia no Brasil. Porto Alegre, Globo Ed.

1956a Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.

1956b O Positivismo na República (Notas sobre a História do Positivismo no Brasil). São Paulo, Cia. Editora Nacional.

1960 Panorama da História da Filosofia no Brasil. São Paulo, Cultrix.

1962 "As Transformações do Pensamento Brasileiro no Século XX e o Nacionalismo". Revista Brasiliense, n. 40.

1971 "Introdução ao Estudo do Pensamento Brasileiro". I Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo, IEB/USP, mimeo.

Debert, Guita Grin

1979 Ideologia e Populismo. São Paulo, T. A. Queirós Ed.

1959 Ideologia e Realidade. Rio de Janeiro, ISEB. 1962 "O Problema da Ideologia do Desenvolvimento". Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte.

Duarte, Paulo

1977 Julio Mesquita. São Paulo, Hucitec.

1977 "L'ideologie de la securité nationale au Brésil". Problèmes d'Amerique Latine, n. XLIV.

1974 Populações Meridionais do Brasil - Ponto de Partida para uma Leitura de Oliveira Vianna. Rio de Janeiro, Museu Nacional.

Fernandes, Florestan

1958a A Etnologia e a Sociologia no Brasil. São Paulo, Anhembi. 1958b "O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros". Estudos Sociais e Políticos, n. 3. Ed. Rev. Brasileira de Estudos Políticos.

1975 Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?. Rio de Janeiro, Alfa-Omega.

Ferrante, Vera L. Botta

1978 FGTS: ideologia e repressão. São Paulo, Ática.

1979 "A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho.

1976 "As Idéias estão no Lugar". Cadernos de Debate, n. 1. São Paulo, Brasiliense. 1978 "O Tempo das Ilusões", em M. Chauí e M. S. C. Franco, Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC.

Gandini, Raquel

1980 Tecnocracia, Capitalismo e Educação em Anísio Teixeira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Gentil, Alcides

1938 Idéias de Alberto Torres. 2.ª edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

Gurgel, Amaral

1975 Segurança e Democracia: uma reflexão sobre a doutrina da ESG. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.

Ianni, Octávio

1975 Sociologia e Sociedade no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega.

Iglésias, Francisco

1971 "Natureza e Ideologia do Colonialismo no Século XIX". História e Ideologia. São Paulo, Ed. Perspectiva.

1971 "Estudo sobre o pensamento reacionário de Jackson de Figueiredo". História e Ideologia. São Paulo, Ed. Perspectiva.

1971 "Celso Furtado: pensamento e ação". História e Ideologia. São Paulo, Ed. Perspectiva.

1971 "Pensamento Político de Fernando Pessoa". História e Ideologia. São Paulo, Ed. Perspectiva.

1975 "A Propósito da Historiografia Brasileira". Debate e Crítica, n. 5. São Paulo, Hucitec.

1957 A Filosofia no Brasil. Rio de Janeiro, ISEB.

1958 O Nacionalismo na Atualidade Brasileira, Rio de Janeiro, ISEB.

Lamounier, Bolivar

1968 "Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais . Dauos, n. 3. 1974 "Ideologia em Regimes Autoritários: Uma crítica a Juan J. Linz". Estudos Cebrap, n.

1974 Ideology and Authoritarian Regimes: Theoretical Perspectives and a Study of the Brazilian Case. Los Angeles, University of California, mimeo.

1977 "Formação de um pensamento político-autoritário na Primeira República: uma interpretação", em Boris Fausto (org.), O Brasil Republicano III, 2.º vol. São Paulo, Difel. 1979 "O ISEB: notas à margem de um debate". Revista Discurso, n. 9. São Paulo, Ciências

Humanas. 1981 "Introdução" à 2.ª ed. de Azevedo Amaral, O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. UNB.

Leite, Dante Moreira

1954 O Caráter Nacional Brasileiro: Descrição das Características Psicológicas do Brasileiro através de Ideologias e Estereótipos, São Paulo, USP/FFCL, Boletim n. 230, Psicologia n. 7. 1969 O Caráter Nacional Brasileiro. São Paulo, Pioneira.

Lima, A. Sabóia

s/d Alberto Torres e a sua Obra. Rio de Janeiro, Labor Ed.

Lima Sobrinho, Barbosa

1968 A Presença de Alberto Torres. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Lima, M. Regina Soares de e Cerqueira, Eli Diniz

"O Modelo Político de Oliveira Vianna". Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 30.

Lins, Ivan

1964 História do Positivismo no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

Linz, Juan

1976 "O Integralismo e o Fascismo Internacional". Revista do Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas da UFRGS. 1979 "Prefácio" à 2.ª edição de Helgio Trindade, Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30) São Paulo, Difel.

Macedo, Ubiratan Borges de

1977 A Liberdade no Império. O Pensamento sobre a Liberdade no Império Brasileiro. São

Paulo, Ed. Convívio. 1979 "O Visconde do Uruguai e o Liberalismo Doutrinário no Império", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

1979 "O tradicionalismo no Brasil", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil II. São Paulo, Ed. Convívio.

Machado, Geraldo Pinheiro

1976 A Filosofia no Brasil. 3,a ed. São Paulo, Cortez e Moraes Ed.

Machado Neto, A. L.

1973 Estrutura Social da República das Letras - Sociologia de vida intelectual brasileira. São Paulo, USP/Grijalbo.

Magalhães, Almeida

1918 Farias Brito e a Reação Espiritualista. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais.

Marson, Adalberto

1979 A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. São Paulo, Duas Cidades.

Martins, Carlos Estevam

1974 Tecnocracia e Capitalismo. São Paulo, Brasiliense.

Martins, Wilson

1977a História da Inteligência Brasileira (1550-1794). 2.ª edição. São Paulo, Cultrix.

1978a História da Ingeligência Brasileira (1794-1855). 2.ª edição. São Paulo, Cultrix.

1977b História da Inteligência Brasileira (1855-1877). São Paulo, Cultrix.

1977c História da Inteligência Brasileira (1877-1896). São Paulo, Cultrix.

1978b História da Inteligência Brasileira (1897-1914). São Paulo, Cultrix.

Medeiros, Jarbas

1978 Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Medeiros, Jarbas e Vieira, Margarida

1979 "As Idéias Políticas de Plínio Salgado". em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil II. São Paulo, Ed. Convívio.

Mendes, Evelyse M. Freire (org.)

1981 Bibliografia do Pensamento Político Republicano - 1870/1970. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Menezes, Diacir

1957 O Brasil no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro, INEP-MEC.

s/d La Science Politique au Brésil au Cours de 30 Dernières Années. UNESCO - La Science Politique.

1971 Idéias contra Ideologias. Rio de Janeiro, UFRJ.

Mercadante, Paulo

1965 Consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Saga.

1979 "O Neoliberalismo do Pós-Guerra", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil II. São Paulo, Ed. Convívio.

Miceli, Sérgio

1977 Poder, Sexo e Letras na República Velha. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1979 Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo, Difel.

Montenegro, J. Alfredo de Souza 1979 "O Liberalismo Radical no Império — Componentes Ideológicos de Cipriano Barata", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

Mota, Carlos Guilherme

1977 Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo, Ática.

Motta Filho, Cândido

s/d Alberto Torres e o Thema da Nossa Geração. Rio de Janeiro, Schmidt Editor.

Oliveira, Eliézer Rizzo de

1978 As forças armadas: política e ideologia no Brasil - 1964-1969. 2.ª edição, Petrópolis, Vozes, (1.ª edição 1976).

Oliveira, Lucia Lippi

1979 Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30. Dados, n. 22. 1980 "As Raízes da Ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado". Trabalho apresentado ao Seminário sobre a Revolução de 1930. Rio INDIPO/FGV, mimeo.

Padilha, Tarcisio

1971 Filosofia, ideologia e realidade brasileira. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

Paim. Antonio

1974 História das Idéias Filosóficas no Brasil. São Paulo, USP/Grijalbo. 1979 "Socialismo Democrático e Socialismo Totalitário", em A. Crippa, As Idéias Políticas no Brasil II. São Paulo, Ed. Convívio.

1979 "O Pensamento Político Positivista na República", em A. Crippa (org.). As Idéias Políticas no Brasil II. São Paulo, Ed. Convívio.

1979 O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1981 "Lima Vaz e a Nova Roupagem do Velho Projeto Totalitário". Revista Convivium, março/abril.

Paiva, Vanilda Pereira

1980 Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Pereira, Luiz

1971 "Florestan Fernandes e a Sociologia no Brasil". Estudos sobre o Brasil Contemporâneo. São Paulo, Pioneira.

Pinto, Álvaro Vieira

1959 Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro, ISEB.

1960 Consciência e Realidade Nacional. (2 vol.) Rio de Janeiro, ISEB.

Pinto, L. A. Costa e Carneiro, Edison

1955 As Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, CAPES - série Estudos e Ensaios, n. 6.

Prado, Maria Ligia Coelho

1974 A Ideologia do Jornal O Estado de São Paulo - 1932-1937, Tese de Mestrado, USP, mimeo.

Queiroz, Paulo Edmur de Souza

1975 Sociologia Política de Oliveira Vianna. São Paulo, Ed. Convívio.

Rabelo, Silvio

1941 Farias Brito ou uma Aventura do Espírito. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.

Ramos, A. Guerreiro

1957 Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Andes. 1961 A Crise do Poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.

Reale, Miguel

1949 Posição de Rui Barbosa no Mundo da Filosofia. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.

Rodrigues, Anna M. Moog

1981 "Introdução" a Julio Maria, A Igreja e a República. Brasília, UNB.

Rodrigues, José Honório

1965 Conciliação e Reforma no Brasil - Um desafio histórico-político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Romero, José Luiz

1970 El Pensamiento de la Derecha Latinoamericana. Buenos Aires, Paidós.

Rosemberg, Martha

1979 Ariel Vencido? O Pensamento Político de Francisco Campos. Tese de Mestrado, PUC/SP, mimeo.

Sadek, Maria Tereza Aina

1978 Machiavel, Machiavéis: a Tragédia octaviana – estudo sobre o pensamento político de Octávio de Faria. São Paulo, Símbolo.

Saldanha, Nelson

1968 História das Idéias Políticas no Brasil. Recife, UFPE.

1979 "Rui Barbosa e o Bacharelismo Liberal", em A. Crippa, As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

1979 O Pensamento Político no Brasil. Rio de Janeiro, Forense.

Santos, Wanderley Guilherme dos

"Desenvolvimentismo: Ideologia Dominante". Revista Tempo Brasileiro, n. 2. 1967 "A Imaginação Político-Social Brasileira". Dados, n. 2/3. "Raízes da Imaginação Política Brasileira". Dados, n. 7.

1978 "Paradigma e História: a Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira". Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo, Duas Cidades.

Schooyans, Michel

1963 Déstin du Brésil. Gembloux, Duculot.

Schwartzman, Simon

1979 Formação da Comunidade Científica no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1980 "O Intelectual e o Poder: a Carreira Política de Gustavo Capanema". Trabalho apresentado ao Seminário sobre a Revolução de 1930, Rio, INDIPO/FGV.

Schwarz, Roberto

1973 "As Idéias Fora do Lugar". Estudos Cebrap, n. 3.

1976 "As Idéias Fora do Lugar". Movimento, n. 56.

Selcher, Wayne

1977 "The National Security. Doctrine and policies of the brazilian government". Military Issues Research Memorandum.

Silva, M. Beatriz Nizza da

1979 "As Idéias Políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira", em A. Crippa (org.), As Idéias Políticas no Brasil. São Paulo, Ed. Convívio.

Simões Neto, Francisco Teotonio

1978 O Pensamento Político de Alberto Torres. Tese de Mestrado, PUC/SP, mimeo.

Sodré, Nelson Werneck

1960 Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro. 2.ª ed. Rio de Janeiro, ISEB.

1965 A Ideologia do Colonialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

1970 Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Souza, J. P. Coelho de

1958 O Pensamento político de Assis Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.

Stepan, Alfred

1974 Brasil: los militares y la política. Buenos Aires, Amorrortu.

Tavares, José Nilo

1979 Autoritarismo e Dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres. Rio de Janeiro, Achiamé/Socii.

Tejada, Francisco Elias de

1952 As doutrinas políticas de Farias Brito. São Paulo, Leia.

Toledo, Caio Navarro de

1977 ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo, Ática.

Torres, João Camilo de Oliveira

1968 História das Idéias Religiosas no Brasil. São Paulo, Grijalbo.

Trindade, Hélgio 1973 "A Ação Integralista Brasileira: Aspectos Históricos e Ideológicos". Dados, n. 10.

Valdés, Jorge A. Tapia

1980 El Terrorismo de Estado - la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur. México, Ed. Nueva Imagen.

Vasconcelos, Gilberto

1979 A Ideologia Curupira. São Paulo, Brasiliense.

Venâncio Filho, Alberto

1977 Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 Anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo, Ed.

1981 "Introdução" à Vicente Licínio Cardoso, À Margem da História da República. Brasília, UNB.

Véron, Eliseo

1970 "Ideologia y producción de conocimiento en America Latina", em A. Touraine et alii, Ideologia y realidad nacional. Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporaneo.

Vieira, Evaldo Amaro 1976 Oliveira Vianna e o Estado Corporativo. São Paulo, Grijalbo.

Villaça, Antonio Carlos

1975 O Pensamento Católico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar. 1979 "Jackson de Figueiredo e a Doutrina da Ordem", em A. Crippa (org.), As Idéias Política no Brasil II. São Paulo, Ed. Convívio.

Vita, Luiz Washington 1965 Alberto Sales, Ideólogo da República. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1968 Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil. São Paulo, Grijalbo.